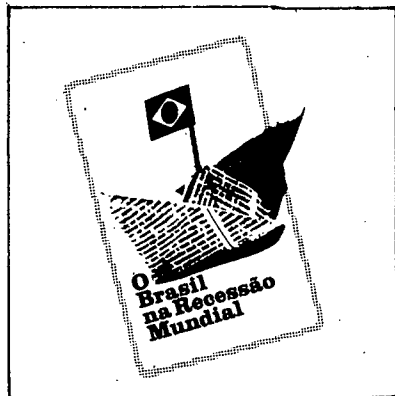


Delfim mostra as perspectivas

Todos poderão crescer em 82



Rejeitando a tese do crescimento seletivo ("que, para mim, tem sabor de dirigismo") e reafirmando a expectativa de incremento do Produto Interno em torno de 5 por cento, o Ministro Delfim Netto afirmou ontem ao Jornal de Brasília que em 82 o crescimento industrial vai abranger todos os setores. "Uns vão crescer mais, outros menos, mas certamente todos vão ter condições de crescimento".

Delfim acredita não ser necessário alterar em nada a política econômica para recuperar no próximo ano níveis elevados de crescimento, bastando aproveitar todas as oportunidades abertas pelo aumento verificado na poupança interna aliado ao novo ímpeto das exportações, bem como pelo desafio proporcionado através da redução dos juros externos.

O Ministro-Chefe da Seplan descarta a hipótese de dificuldades na implementação da política econômica por efeito das demandas políticas do ano eleitoral de 82: "é muito mais realista esperar, não apenas da classe política mas de toda a sociedade brasileira, uma atitude consciente das dificuldades que comporta o exercício da política econômica".

Perguntas & Respostas

P — A mobilidade social, principal fator de estabilidade do regime, afetada este ano pelo desemprego e pela perda real de salários nos segmentos de renda média, precisa ser retomada em 82. Isto não é apenas imposição da lógica, mas objetivo anunciado por V. Ex.ª na semana passada. A indagação é: como fazê-lo? A retomada do crescimento industrial será seletiva? Quais os segmentos que serão escolhidos?

R — A retomada do crescimento industrial vai abranger todos os setores. Uns vão crescer mais, outros menos. Mas certamente todos vão ter condições de crescimento em 82. O que é preciso entender é o seguinte: em 1981 a economia brasileira enfrentou um período bastante duro e saiu-se razoavelmente bem. A economia só, não. A sociedade brasileira foi capaz de compreender que em 1981 nós tínhamos que fazer os reajustes necessários para afastar a ameaça de estrangulamento externo. Aquilo que a gente chamava de "constrangimento externo" não era um fantasma. Era um ente real que os economistas batizaram pelo nome de balanço de pagamentos. Se a sociedade não tivesse demonstrado a disposição de pagar o preço desse reajuste, nós estaríamos agora ameaçados de insolvência nas nossas contas externas.

As pessoas trabalharam mais e pouparam mais. Isto resume quase tudo. Um resul-



tado — dentre outros — comprova isso: em dezembro de 1980 tínhamos um déficit de 2 bilhões e 900 milhões de dólares na balança comercial. Em dezembro de 81 já temos superávit. O ano deve terminar com um saldo de uns 800 milhões de dólares. Isto significa que "entramos" uns três e meio bilhões de dólares nestes doze meses, o que não é nada desprezível. Fruto de mais trabalho, de um enorme esforço nas exportações e do fato de que economizamos internamente.

Foi esse esforço de poupança interna, aliado ao novo ímpeto das exportações, que nos permitiu reduzir o constrangimento externo, abrindo o espaço que precisamos para voltar a crescer. Nós vamos voltar a crescer aproveitando todas as oportunidades que este espaço nos permite, sem necessidade de alterar a política econômica. As prioridades continuam as mesmas: agricultura e exportações, além da substituição da energia importada pela energia produzida internamente.

Vamos favorecer um pouco mais o crédito ao setor industrial produtor de bens de consumo duráveis e isto deve ser suficiente para produzir o crescimento de uns 5 por cento do Produto Interno no ano que vem. A agricultura deve continuar se expandindo e vamos manter o firme suporte às exportações.

Resumindo, portanto, nada de seletividade, que pra mim tem sabor de dirigismo. Também não vamos procurar taxas recórcordes de crescimento porque seria irrealista e correríamos o risco de ressuscitar agora o "fantasma" do constrangimento externo. Por meu gosto, o Brasil deveria crescer 10, 12 e 14 por cento ao ano. No momento, não dá. Vamos recomeçar na medida de nossas possibilidades até aumentar a brecha, reduzindo a dependência externa para voltar a criar as condições de desenvolvimento mais acelerado.

Por último uma observação sobre sua colocação original: não houve em 81 nenhuma perda real de salários nos segmentos de renda média. Houve coisa pior: houve desemprego nestes segmentos desde que se substituiu o critério de negociação pelos reajustes acima daquilo que a economia pode suportar. Felizmente os dados do IBGE já

mostram que os níveis de desemprego estão cedendo nas regiões urbanas (no meio rural, pelo contrário, há falta de mão-de-obra) ainda tenuemente, mas acredito que logo vai firmar-se uma oferta maior de empregos.

P — Como a indução do crescimento terá que ser feita via crédito e a política de tomada de recursos externos exige juros internos altos, como resolver o dilema do crescimento com dinheiro caro?

R — Você pode observar que as taxas de juros internas estão cedendo, estão ficando menos caras como você diz. Elas também estão cedendo um pouco no exterior e hoje já se pode trabalhar com a expectativa de uma taxa média de 15 por cento em 1982. Isto permite aliviar os custos financeiros internamente para as empresas sem necessariamente desestimular o ingresso dos recursos externos que continuam sendo necessários.

P — A expansão dos meios de pagamento no limite de 60 por cento, como o deseja o Orçamento Monetário para 1982, significa que a disponibilidade de crédito se manterá em nível baixo. Como conciliar essa realidade com o objetivo de reposição das taxas de crescimento do PIB?

R — O Orçamento Monetário de 1982 vai ser votado em 21 de dezembro próximo. Mas já se pode raciocinar com alguma coisa, por exemplo o fato de que a inflação em 1982 será menor que em 81. De qualquer forma, o crédito este ano não foi insuficiente para manter a atividade produtiva, até mesmo porque a demanda caiu em alguns setores importantes. Como o crescimento que desejamos para 82 no setor industrial não é nada de tão extraordinário, não há razão para supor que a disponibilidade de crédito não seja suficiente.

P — A redução de subsídios e incentivos, pressionando para cima os preços, e a política de juros internos altos, aliados estes fatores à necessidade de forte emissão primária de moeda face à impossibilidade de manter-se o ritmo do endividamento interno, constituirão em 82 fatores inflacionários ainda mais ativos do que este ano. Como V. Ex.ª analisa essa perspectiva?

R — Nós vamos ter alguma coisa importante em 82 que o Conselho Monetário vai provavelmente regulamentar dia 21: é a autorização para que as financeiras recorram à poupança externa. Temos também a expectativa de reposição de uma boa safra de grãos, pelo terceiro ano consecutivo, o que certamente contrabalançará as pressões inflacionárias de forma muito importante. Como aliás já está ocorrendo, mesmo que as pessoas (e até mesmo os jornalistas) pareçam estranhamente desatentas a fatos tão extraordinários como a redução simultânea nos preços do feijão preto, do leite e da carne ao nível do consumidor, coisa que está acontecendo aqui e agora!

Quanto à redução dos subsídios, ela vai continuar a ser feita da mesma forma cuidadosa, de forma a pesar menos nos preços finais. No caso de incentivos, depende muito. Se for aquilo que eu estou pensando, o efeito é favorável no que se refere ao combate à inflação.

P — Os condicionamentos político-sociais da política econômica, no ano eleitoral de 82, levam-nos a identificar no horizonte fortes condições impositivas de controles rígidos dos meios de pagamento. Os lobbies atuarão a plena carga e não é realista esperar que a Economia siga seu curso à revelia da Política. Como V. Ex.ª compatibiliza esse cenário com as metas austeras do Orçamento Monetário?

R — Eu tenho em muito melhor conta a classe política do que o juízo expresso na sua pergunta. E, veja que às vezes ainda sou confundido com um execrável "tecnocrata"...

Por que razão "as metas austeras" do Conselho Monetário deveriam prejudicar o exercício da política? É muito mais realista esperar — não apenas da classe política — mas de toda a sociedade brasileira uma atitude consciente das dificuldades que comporta o exercício da política econômica. Isto ocorreu em 1981 quando se viu a sociedade brasileira, como um todo, reagir de forma inteligente diante das dificuldades muito maiores. A poupança interna aumentou quase 5 bilhões de dólares em relação ao ano anterior. E foi um ano duro, de restrições ao crescimento de alguns setores industriais importantes, de dificuldades na oferta

de emprego... O alcance social da política do governo Figueiredo em 1982 estará conforme o Orçamento por ele aprovado e vai beneficiar mesmo as populações mais pobres e de muitos municípios do interior. O programa de casas populares vai ganhar ainda mais dimensão, as estradas vicinais vão ser arrumadas, os municípios terão seus recursos melhorados, tudo dentro da Lei Orçamentária. Quando V. tem um Orçamento inteligente, o dinheiro dá, como diz a propaganda.

P — Como ficará a política cambial em 82?

R — Ela vai ficar como em 1981. Só que, na medida em que V. reduziu as pressões oriundas do constrangimento externo, na medida em que as taxas de inflação continuem cadentes, na medida em que as taxas de juros não ameçam disparar de novo no exterior e, na medida em que V. tem a hipótese de estabilidade nos preços do petróleo importado, somando tudo isso significa que há um pouco mais de margem de manobra na economia para conciliar todos os fatores.

P — Num ano eleitoral, a hipótese de mudanças importantes na política salarial não é politicamente negociável. Como compatibilizar-se, porém, o crescimento industrial com a descapitalização da classe média? Será possível reduzir o ritmo da descapitalização e ao mesmo tempo manter-se o incremento do salário real das classes de baixa renda? E mais: a capitalização da classe média, para suportar o crescimento industrial, não aquecerá a inflação?

R — Eu tenho insistido em que o Governo não adotará nenhuma iniciativa para alterar a atual Lei Salarial. Não será necessário lembrar aos trabalhadores que esta é uma Lei nascida no Governo Figueiredo e que tem um papel extraordinário na recomposição do salário dos trabalhadores e por isso os trabalhadores são muito apegados a ela. Por isso mesmo que qualquer ideia de alterar a Lei, mesmo que seja para aprimorá-la, mesmo que seja para cortar alguns efeitos negativos que ela tem no próprio universo do trabalho, levanta todo mundo para defendê-la.

Tudo bem. Não obstante isso tudo — e eu participei da elaboração desta Lei — é muito claro para mim que ela dificulta a manutenção do emprego para muitos trabalhadores. Ela não é a causa do desemprego, por exemplo, na indústria automobilística, mas é evidente que alguns milhares de trabalhadores poderiam recuperar mais rapidamente seus empregos se fosse possível fazer pequenas correções. Esta é uma questão que os trabalhadores e empresários vão ter que discutir e — se for possível avançar na discussão — sem a habitual exacerbação emocional — também será possível encontrar a forma de eliminar o estímulo ao desemprego que ela representa em muitas faixas de salário.

P — Em que medida a flexibilização de alguns controles, em 82, ditada por razões político-eleitorais, afetará a credibilidade internacional da política econômica brasileira? e em que medida tal efeito dificultará a tomada de recursos externos? E ainda em que medida essa conspiração apoia a tese de reescalonamento da dívida externa?

R — Não haverá flexibilização de controles "por razões político-eleitorais." — V. usou bem a palavra — que apoia a tese de reescalonamento da dívida externa está completamente desmoralizada. Aqui dentro e lá fora.